# CLIPPING INTERNET

# 05/10/2022 ATÉ 05/10/2022

comunicação
& informação

# I N D Í C E


1 CEMULHER
1.1 DIFUSORA ON..... 1
2 DESEMBARGADOR
2.1 BLOG DIEGO EMIR..... 2
3 ESMAM
3.1 SITE O MARANHENSE..... 3
4 EVENTOS
4.1 BLOG DO LEONARDO ALVES..... 4
5 PRESIDÊNCIA
5.1 SITE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS..... 5

comunicação & informação
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
05/10/2022 - BLOG DIEGO EMIR
NEUTRA
Advogados maranhenses voltam suas atenções para a vaga de desembargador do Quinto Constitucional

# Advogados maranhenses voltam suas atenções para a vaga de desembargador do Quinto Constitucional

05/10/2022 14:44:21

Após as eleições no Maranhão, agora os advogados maranhenses vão voltar suas atenções para disputa que deve ocorrer pela vaga de desembargador do Quinto Constitucional reservada aos causídicos. O processo ainda será anunciado pela OAB/MA e deve ficar para o fim do ano ou inicio de 2023, mas muitos já se movimentam nos bastidores. Por questões óbvias, os mais próximos do governador reeleito Carlos Brandão são os mais favoritos.

O processo de escolha do desembargador pelo Quinto Constitucional envolve uma votação ampla e universal por parte dos advogados, que selecionará os 12 mais bem votados, os quais passariam pelo crivo do Conselho Estadual da OAB, que escolheria seis nomes a ser enviados ao Tribunal de Justiça do Maranhão.

No TJMA, os desembargadores vão escolher três nomes a formar uma lista tríplice que será encaminhada ao Governador do Maranhão e ele por fim, escolherá o melhor para ocupar a função de forma vitalícia até os 75 anos de idade.

Alguns nomes surgem com potencial força. Dentre eles do advogado e ex-diretor do TRE/MA, Flávio Costa, que inclusive compôs a equipe de assessoria jurídica do governador Carlos Brandão na campanha eleitoral. O causídico tem forte trânsito nos bastidores e conta com importantes apoios políticos. Nas redes sociais, ele já deixa evidente o seu interesse em conquistar a simpatia dos advogados e consequentemente os votos.

Outro nome que conta com bastante prestígio junto ao governador Carlos Brandão é o ex-juiz eleitoral e ex-diretor do TRE, Gustavo Villas Boas. Alguns apontam que ele teria um certo favoritismo por conta da experiência de já ter sido membro da Corte Eleitoral no Maranhão. Em suas redes sociais, também já fica evidente que está em busca do reconhecimento da classe.

Quem também está cotada é advogada Ana Brandão, prima do governador Carlos Brandão, ela está em articulação entre os profissionais da classe, possui bom trânsito e também proximidade com políticos.

Rodrigo Maia, que retornou a Procuradoria Geral do Maranhão, pode ser uma opção. É um nome muito próximo do senador eleito Flávio Dino e que pode tentar entrar na briga pela vaga de desembargador. Dentre os quatro citados é o mais tímido para essa provável disputa.

Obviamente que existem outros nomes, tanto que estão próximos do governador Carlos Brandão, assim como outros que nem tanto, mas acreditam que o processo eleitoral pode fazer com que a escolha não seja meramente óbvia como está sendo apontada agora.

No entanto, nomes bem alinhados aos candidatos derrotados, principalmente aliados de Weverton Rocha (PDT), perderam força no processo. Vale destacar que membros da OAB ou que fizeram da parte da gestão nos últimos dois anos, não podem concorrer ao cargo de desembargador.

O post Advogados maranhenses voltam suas atenções para a vaga de desembargador do Quinto Constitucional apareceu primeiro em Diego Emir.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - EVENTOS
05/10/2022 - BLOG DO LEONARDO ALVES
POSITIVA
Comitê de Diversidade do Tribunal de Justiça realiza a terceira edição do Projeto Diálogos Plurais

# Comitê de Diversidade do Tribunal de Justiça realiza a terceira edição do Projeto Diálogos Plurais

Com o objetivo de fortalecer a Política de Diversidade institucionalizada pelo Poder Judiciário do Maranhão, o Comitê de Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão realizará nesta quarta-feira (5/10), a terceira edição do Projeto "Diálogos Plurais", na Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB), a partir das 17h50. A terceira edição terá a participação do psicólogo Ricardo dos Anjos Silva Lima, a partir do artigo de sua autoria e do professor Carlos Wellington Soares Martins "Na Terra Tibira ainda existe LGBTFobia: estratégias de levantamento de violência letal e de políticas públicas para a população LGBTI+ do Maranhão". O coordenador do Comitê de Diversidade do TJMA, juiz Marco Adriano Ramos Fonsêca, explica que a iniciativa tem como uma de suas propostas a promoção do debate técnico, social e científico das perspectivas dos eixos de atuação do Comitê, dos Direitos Humanos e da política institucional de diversidade e antidiscriminação, a partir das contribuições do Sistema de Justiça, das academias e da sociedade civil organizada. Agência TJMA de Notícias

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CEMULHER
05/10/2022 - DIFUSORA ON
POSITIVA
44 mulheres foram vítimas de feminicídio de janeiro a setembro deste ano no Maranhão

# 44 mulheres foram vítimas de feminicídio de janeiro a setembro deste ano no Maranhão

No ano passado, o balanço anual registrado pela Polícia Civil contabilizou 57 casos feminicídio

Por Redação
Publicado em 4 de outubro de 2022 às 16:50
...
Segundo a Polícia Civil do Maranhão, durante os meses de janeiro a setembro deste ano, ao menos 44 casos de feminicídio foram registrados no estado. No último domingo (02), Larissa Machado Brito morreu em um hospital de Brasília (DF), onde estava internada após ter sido queimada pelo seu ex-companheiro, no município de São Luís Gonzaga.

No ano passado, o balanço anual registrado pela Polícia Civil contabilizou 57 casos feminicídio no Maranhão. Quanto aos crimes de lesão corporal, 3.568 ocorrências foram notificadas, só em 2022.

Medida Protetiva Online

As mulheres que forem vítimas de violência podem solicitar a medida protetiva sem ter de sair de casa e de forma silenciosa, por meio de um formulário eletrônico da Justiça Estadual no Portal do Judiciário. A iniciativa pretende, por meio da internet, alcançar mulheres que por algum motivo não podem ou não se sentem à vontade em uma delegacia especializada.

As Medidas protetivas são ordens judiciais concedidas com a finalidade de proteger uma pessoa que esteja em situação de risco, perigo ou vulnerabilidade. Para pedir a medida on-line, é necessário que a vítima preencha um formulário eletrônico em quatro etapas: qualificação da vítima, qualificação do agressor, questionário e anexos. Para acessar a ferramenta é só clicar no perfil Cidadão e, em seguida, no botão Medida Protetiva.

Finalizado o preenchimento, o Sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJE) recebe o pedido de medida protetiva que é automaticamente direcionado a uma vara especial de violência doméstica e familiar contra a mulher. Ao todo, 190 pedidos de medida protetiva já foram solicitados pelo portal do TJMA, mas a tendência é que esse número aumente na proporção que o serviço esteja disponível a mais localidades no Estado.

# Com temas voltados à inovação, IV Consepre é aberto no TJTO, e presidente destaca necessidade do sistema se moldar aos “novos reclamos sociais”

Criado: Quarta, 05 Outubro 2022 22:41
WhatsApp Image 552022 10 05 at 21.50.37
ANTERIOR7 de 8PRÓXIMA

Aberto oficialmente na noite desta quarta-feira (5/10), o IV Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre) discute nesta semana, em Palmas (TO), iniciativas voltadas à inovação e melhoria da prestação de serviços do Judiciário brasileiro. A cerimônia foi realizada no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO). A programação segue nesta quinta-feira (6/10) e sexta-feira (7/10), na Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat).

Em discurso no evento, o presidente do Consepre, desembargador José Laurindo de Souza Netto, que preside o TJ do Paraná, exaltou a importância do evento e as discussões e troca de informações e experiências. “O mundo passa por transformações. O sistema de Justiça precisa se amoldar aos novos reclamos sociais. A humanidade está em constante evolução, e hoje, mais do que sobreviver, o homem quer viver. Viver com dignidade, com respeito à diversidade, aos povos e ao planeta. Somos a Justiça do povo brasileiro, uma Justiça que precisa se adaptar às peculiaridades de um país de dimensões continentais, de uma nação que foi formada pela mistura de várias culturas, cuja riqueza advém justamente dessa miscigenação”, disse.

Ele agradeceu o presidente do TJTO, João Rigo Guimarães, anfitrião desta edição, pela receptividade “em seu estado, que hoje, junto com a Constituição Federal, símbolo maior da redemocratização nacional, completa 34 anos de criação”. O magistrado ainda fez questão de parabenizar a nova Mesa Diretora do TJTO, eleita na terça-feira (6/10).

Fortalecimento

Para o presidente do conselho, “os ventos sopram a favor do fortalecimento e aprimoramento institucional do Poder Judiciário, com integrantes cada vez mais entusiasmados em promover os ideais de cidadania e a valorização do ser humano”.

Ele citou que o Consepre é “resultado da união das cortes estaduais para garantia de sua autonomia, orçamentária e administrativa, e para a valorização da nossa magistratura”. “Nestes tempos em que pensamentos nebulosos ganham uma reverberação inédita, em que a cizânia parece deixar sua marca nas relações políticas e institucionais, cabe ao Poder Judiciário ocupar seu posto, que é o de oferecer segurança para que os valores democráticos, tão arduamente conquistados, não sejam deixados de lado ou banidos ao sabor das circunstâncias”, disse.

Ele lembrou que “é absolutamente necessário que tenhamos senso de unidade e estejamos em sintonia”. “Em nossos encontros anteriores, comprovamos esta máxima, fomentando a troca de experiências entre nossas cortes e direcionando ações conjuntas e prósperas para todos. O sentimento de unidade transcende nossa

individualidade. É preciso termos a percepção de que fazemos parte de um todo maior, de que somos uma só entidade, uma só engrenagem a fazer parte desse complexo sistema chamado Justiça", frisou.

Judiciário eficiente

"Nós, presidentes dos tribunais estaduais, somos os dirigentes das estruturas primeiras da Justiça. Somos os guardiões desta égide que se coloca entre o cidadão e as ameaças ao exercício da cidadania. Graças ao espírito agregador dos membros deste conselho, nos encontramos para, em conjunto, construir um Judiciário cada vez mais eficiente e célere, avançando a passos largos ao ápex da nossa missão, que é justamente a promoção de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária", salientou Souza Netto.

Ainda na visão do magistrado, "é vendo a experiência do outro que temos a chance de nos conhecermos, de nos avaliarmos e, juntos, buscarmos um mundo melhor". "Estamos construindo juntos uma Justiça estadual forte e coesa, com os valores republicanos já consolidados, presente em todos os rincões desse país não só como símbolo de soberania e independência, mas também com a importantíssima missão de cuidar da nossa gente. É a Justiça personalíssima, que cuida dos direitos fundamentais", complementou.

Presente na vida dos cidadãos

José Laurindo lembrou que a Justiça estadual "está presente em absolutamente todos os passos de cada indivíduo". "Registra atos da vida civil, registra atos de atividade comercial, chancela títulos de propriedade, garante a cidadania, decide questões próprias da vida social, sejam estas de caráter individual ou coletivo. A justiça primeira, a que está ali, de portas abertas, ao alcance de cada cidadão. De forma perene, gratuita, acessível e ininterrupta. Não somos apenas a Justiça de ente. Somos também a Justiça de gente. Ocupamo-nos das questões dos seres humanos. Somos o palco das soluções dos conflitos que externam toda a dramaticidade da vicissitude natural das relações humanas e sociais", citou, dizendo que a vocação dos magistrados é servir às pessoas.

Outro ponto que fez questão de destacar que "no século XXI, Justiça é mais que um direito". "A Justiça é um serviço. Precisamos estar cada vez mais preparados para prestar um serviço de qualidade. Nos reinventamos nos últimos anos e, em busca da contínua inovação, mantivemos a Justiça estadual presente e funcional para todos os cidadãos, ante as adversidades."

O desembargador citou ainda que é "absolutamente necessária a manutenção constante da defesa pela autonomia administrativa, orçamentária e financeira dos tribunais estaduais". "Temos autonomia. Sabemos gerir nossas estruturas. Sabemos das peculiaridades de cada um dos vinte e seis estados e do Distrito Federal que compõem o Consepre. O princípio federativo que nos rege orienta que tenhamos um trilho; mas que cada um tenha o poder de conduzir sua própria estrutura administrativa. Vamos para o mesmo lugar, cada um de nós com suas particularidades, para que possamos planejar nosso plantio; programar nossa lavoura para que a colheita seja farta."

Autoridades

A cerimônia do Consepre foi prestigiada por, entre outras autoridades, a presidente eleita do TJTO, desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe; o desembargador Pedro Nelson Coutinho; a desembargadora Ângela Issa Haonat; o procurador-geral da Justiça do Estado, Luciano Casarotti, as juízas Odete Almeida, presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Tocantins (Asmeto) e Julianne Freire Marques, secretária-geral da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); Estellamaris Postal, defensora pública geral do Estado; Deocleciano Gomes, secretário-chefe da Casa Civil do Estado, representando o governador

Wanderlei Barbosa; a advogada Auridéia Pereira Loiola Dalláqua, procuradora-geral de prerrogativas da seccional Tocantins da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-TO); Mauro Ribas, procurador-geral de Palmas, representando a prefeita Cinthia Ribeiro.

Apresentações culturais

A cerimônia contou com apresentações culturais como "A canção de amor a Palmas", interpretada por Braguinha Barroso, na voz e violão, e Badinho Araújo no violino; e Hino ao Tocantins, com voz e violão de Genésio Tocantins. O hino nacional foi interpretado por Mello Júnior na voz e Fábio Geriz no teclado.

Texto: Cristiano Machado
Fotos: Rondinelli Ribeiro/Comunicação TJTO

# Importância da conciliação marcou o tom do curso de juizados especiais

**04/10/2022 23:59:00**

Na última semana, a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) realizou o Curso Juizados Especiais Estaduais Cíveis e da Fazenda Pública, destinado a juízes e juízas maranhense e realizado em formato semi-presencial. Dentre os debates, destaque para o aprimoramento nos mecanismos relativos à conciliação e a melhoria do acesso por parte da população ao Sistema de Juizados.

Para a coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, juíza Andréa Perlmutter Lago, a formação continuada serviu para discutir vários temas que afetam o cotidiano das unidades. "O mais importante foi a importância da conciliação e o acesso à justiça pelo jurisdicionado sem advogado, uma vez que os juizados, especialmente os criminais, não contam com a atuação de defensores públicos", enfatizou.

Ao lado dos centros de conciliação e mediação (Cejusc) os juizados especiais são as unidades que mais promovem a resolução de conflitos mediante acordo entre as partes. Soma-se a esse esforço o trabalho das varas que possuem competência para processar e julgar matérias da Lei nº. 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais), nas comarcas onde não existem unidades autônomas.

A coordenadora chamou a atenção para o fato de que os índices de conciliação não dependem apenas do Judiciário, isso porque há o fator condicionado à vontade das partes em querer o acordo. No entanto, ela ressaltou o empenho da magistratura no aprimoramento de técnicas e métodos consensuais de resolução de conflito, que impactam na redução do acervo processual, contribui para a promoção da paz social e o alcance da meta nacional.

O curso também trouxe discussões e análises a respeito do excesso de judicialização enfrentado pelos juizados, que aliado à ordinarização e à burocratização podem interferir nos critérios da celeridade, simplicidade, informalidade, oralidade e economia processual. O espaço colaborativo possibilitou, ainda, o compartilhamento de conhecimentos sobre as eficientes técnicas de gestão e de solução dos litígios.

Atuou como formador do curso o juiz Maurício Ferreira Cunha, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), que é coordenador dos Juizados Especiais de Poços de Caldas. Cunha é mestre em Direito Processual Civil, doutor em Direito Processual e professor de cursos de graduação e pós-graduação.

DO SISTEMA DE JUIZADOS DO MARANHÃO

Os juizados especiais são órgãos do Poder Judiciário regidos pela Lei nº. 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais) e atuam em causas de menor complexidade, garantindo o acesso amplo e universal à Justiça para solução de conflitos de forma rápida e gratuita. No Maranhão, 34 unidades autônomas fazem parte do Sistema de Juizados, mas o atendimento se estende a toda população, por meio das varas com competência para processar e julgar a matéria.

Na esfera cível, atuam em causas com valor máximo não passa de 40 salários-mínimos, com exceção do Juizado da Fazenda Pública de São Luís, regido pela Lei nº. 12.153/2009 (até 60 salários). Na área criminal, a competência se restringe às infrações penais de menor potencial ofensivo (crimes e contravenções), com pena máxima não superior a 2 anos, cumulada ou não com multa.